

A feira agroecológica como estratégia de combate ao uso de agrotóxicos: relatos de experiências

Adriano Pereira dos Santos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
José Roberto Salvaterra
Leonardo Lencioni Mattos Santos

Como citar: SANTOS, Adriano Pereira dos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SALVATERRA, José Roberto; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. A feira agroecológica como estratégia de combate ao uso de agrotóxicos: relatos de experiências. *In*: FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa; FERNANDES, Bernardo Mançano; SANSOLO, Davis Gruber (org.). **Educação do campo, soberania alimentar e agroecologia:** o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.151-172. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-415-8.p151-172>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 6

A FEIRA AGROECOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO USO DE AGROTÓXICOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Adriano Pereira dos Santos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
José Roberto Salvaterra
Leonardo Lencioni Mattos Santos

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho relatamos algumas das experiências e ações executadas pelo projeto de extensão “Fórum de combate ao uso de agrotóxicos - soberania alimentar e agroecologia na região de Alfenas”, no período de 2016 a 2019. Esse projeto tem sido desenvolvido por docentes, técnicos administrativos e discentes da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-415-8.p151-172>

MG), em parceria com movimentos camponeses, cooperativas, associações, grupos de mulheres e outros. Em particular, destacamos a realização da Feira Agroecológica e Cultural da UNIFAL-MG (FACU) enquanto ação que se concretizou como estratégia de enfrentamento ao uso de agrotóxicos. O objetivo deste projeto de extensão, desde sua criação em 2016, foi o de sensibilizar e mobilizar a população local e regional do município de Alfenas sobre os riscos da utilização dos agrotóxicos para a saúde humana e para o meio ambiente. No período recente, além da denúncia sobre a má qualidade dos alimentos produzidos pelo agronegócio, o projeto também tem trazido ações que visam contribuir com a construção de modelos alternativos como a soberania alimentar e a Agroecologia, sendo que para isso, o sistema agroalimentar regional é lido na sua multiescalaridade e multidimensionalidade, ou seja, reconhece-se sua perspectiva territorial (Fernandes, 2008a).

De tal modo, esse trabalho traz relatos sobre um conjunto de ações vinculadas ao pensamento agrário crítico (Edelman; Wolford, 2017). Por meio dele, visa-se denunciar o paradigma da modernização que tem sido implementado no campo por meio do agronegócio desde a década de 1950, nos Estados Unidos; e desde a década de 1990, no Brasil (Fernandes, 2004). Num contexto em que grandes corporações desenvolvem uma série de práticas que visam padronizar o jeito de produzir no campo – processo acompanhado pelo aumento no uso de agrotóxicos –, e ao mesmo tempo, também os hábitos alimentares (Guazzelli; Ribeiro, 2016), destacamos ações que visam contribuir com a execução da Agroecologia e da soberania alimentar na escala regional.

Na próxima parte apresentamos uma discussão teórica sobre os conflitos que caracterizam as políticas alimentares na atualidade, considerando os problemas ambientais e de saúde pública ocasionados pelo uso massivo de agrotóxicos. Seguindo, trazemos uma abordagem sobre a Agroecologia e a soberania alimentar como alternativas e contradições do modelo do agronegócio. Depois, realizamos uma descrição sobre o desenvolvimento do projeto de extensão, enfatizando seus dois eixos principais: a conscientização sobre a qualidade dos alimentos consumidos

pela população e a criação de canais de comercialização de produtos agroecológicos.

AGRICULTURA CAPITALISTA E ALIMENTOS COM AGROTÓXICOS

A proposta inicial do projeto de extensão foi construída a partir de estudos e pesquisas disponíveis no Brasil com diversas provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos, muitos dos quais denunciados recentemente pelo “Dossiê Abrasco – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (Carneiro *et al.*, 2015). Partimos do entendimento que o consumo de alimentos produzidos com aplicação indiscriminada de agrotóxicos tem sido um dos principais mecanismos por meio dos quais o agronegócio tem se consolidado como modelo hegemônico no campo brasileiro, o que tem sido acompanhado de diversos passivos ambientais e sociais.

Sabe-se que o uso de agrotóxicos na produção de alimentos é nefasto, sobretudo para os trabalhadores que manipulam tais produtos, mas também são conhecidos seus efeitos crônicos e deletérios para os consumidores. Consequentemente, trata-se de um padrão determinado de produção agrícola associado a um determinado padrão alimentar imposto pela lógica da sociedade produtora de mercadorias. Por isso, não se pode “[...] dissociar a produção agrícola, os agrotóxicos, as sementes (principalmente transgênicas), os fertilizantes químicos, os equipamentos agrícolas e os financiamentos bancários.” (Pignati, 2016, p. 19), pois eles constituem elos da poderosa cadeia produtiva do agronegócio mundial, a qual é responsável pela produção de *commodities* e de alimentos como mercadorias.

Tal modelo de produção agrícola constitui uma ameaça tanto à natureza quanto à saúde humana. Em outubro de 2013, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), após ampla investigação, revelou que 36% das amostras analisadas de frutas, verduras, legumes e cereais estavam impróprias para o consumo humano ou traziam substâncias proibidas no Brasil (ANVISA, 2013). Boa parte desses alimentos contaminados

por níveis elevadíssimos de agrotóxicos estão à disposição nas feiras e supermercados de todas as cidades brasileiras (Carneiro *et al.*, 2015). Por isso que no Brasil, a cada ano, cerca de 500 mil pessoas são contaminadas por agrotóxicos, segundo o Sistema Único de Saúde (SUS) (Carneiro, 2016).

Esse quadro dramático da nossa realidade agrava-se ainda mais quando em 2011, o Brasil passou à primeira posição no *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos, inclusive continuando a consumir diversos agrotóxicos proibidos em outras partes do mundo, como o Glifosato. Podemos dizer que essa posição arriscada que o país ocupa é resultado da hegemonia capitalista no campo, a qual assumiu novas feições no Brasil na década de 1970, quando foram colocadas em prática as ideias da chamada Revolução Verde, a fim de “modernizar” a agricultura. Com isso, uma série de inovações tecnológicas, a exemplo da motomecanização e do uso massivo de insumos químicos, foram transferidos dos Estados Unidos para os chamados *New Agricultural Countries* (Novos Países Agrícolas) – dentre os quais o Brasil –, sem questionar as diferenças edafoclimáticas, vegetacionais, culturais e outras (Marshall; Perkins, 1997). Isso se intensificou a partir da perspectiva do neodesenvolvimentismo com os governos de Lula e Dilma no início dos anos 2000.

O resultado da importação e expansão desse modelo agrícola foi tornar a agricultura brasileira “químico dependente” das empresas transnacionais que controlam a cadeia produtiva de diversos setores agrícolas, desde a produção de semente e insumos até a comercialização das *commodities* no mercado externo (Pignati, 2016). Dessa forma, tais empresas lucram não só explorando as riquezas naturais e a força de trabalho, mas ganham bilhões de dólares com a produção de agrotóxicos, prejudicando a saúde da população brasileira com o desenvolvimento de enfermidades e doenças que vão desde a esterilidade, mutagenicidade, reações alérgicas, distúrbios neurológicos, respiratórios, cardíacos, pulmonares, até os problemas no sistema imunológico e no sistema endócrino, desenvolvimento de câncer, dentre outros agravos à saúde e ao meio ambiente (Carneiro *et al.*, 2015; Pignati, 2016).

AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVAS À HEGEMONIA CAPITALISTA NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

Como já destacado, o projeto de extensão abordado nesse trabalho possui por finalidade a denúncia sobre a péssima qualidade dos alimentos ofertados pelo modelo capitalista de organização dos sistemas agroalimentares e a contribuição para a criação de proposições alternativas. Sendo assim, nessa seção destacamos a Agroecologia e a soberania alimentar como referências de intervenção nos sistemas agroalimentares, visando gerar novas práticas produtivas e mercados alternativos.

Mesmo com origens temporais e espaciais diversas (Wezel *et al.*, 2009; Wittman, 2011), na atualidade, a Agroecologia e a soberania alimentar são as principais referências de movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo e da cidade na busca pela superação do controle exercido pelas grandes corporações sobre os sistemas agroalimentares (International Forum For Agroecology, 2015; Gliessman; Friedmann; Howard, 2019). Elas visam superar o processo de mercantilização da comida que tem se acentuado nas últimas décadas, especialmente por meio do setor financeiro, ocasionando grandes instabilidades nos preços dos alimentos (Paula; Santos; Pereira, 2015) e conseqüentemente, acentuando as fomes esporádicas ou episódicas (Baviera; Bello, 2009).

A Agroecologia emergiu nas décadas de 1920 e 1930, na Europa, como uma disciplina acadêmica vinculada à Agronomia e a Ecologia. Porém, após a crescente percepção popular sobre a crise ambiental, na década de 1970, ela também se tornou uma prática e um movimento que articula e é articulado por outros movimentos (Wezel *et al.*, 2009; Holt-Giménez; Altieri, 2013). Essas diferentes expressões da Agroecologia não podem ser lida como isoladas, pois a atividade acadêmica, a política e a ação social são inseparáveis (Sevilla Guzmán; Woodgate, 2013). A Agroecologia vai além de um conjunto de regras e receitas para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, pois se qualifica como um princípio por meio do qual sociedade e natureza são abordados como inseridos numa totalidade complexa. Além do mais, ela parte do pressuposto de que os alimentos produzidos de modo saudável devem ser acessíveis para a população,

especialmente a classe trabalhadora, e não constituir um nicho de mercado (Biondi, 2019).

A soberania alimentar veio à tona na década de 1980 como uma proposição de movimentos socioterritoriais camponeses e governos da América Central (Edelman, 2014), contudo, ela ganhou maior expressividade após ser tomada como bandeira de luta pela coalizão global *La Via Campesina*, em 1996 (Wittman, 2011). Atualmente, diversos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos e rurais, governos, conselhos, Organizações Não Governamentais (ONG's) e outros também a incorporaram como uma referência na organização dos sistemas agroalimentares local, regional, nacional e até mesmo global. Uma das leituras mais usadas da soberania alimentar defende que cada povo controle o seu próprio sistema agroalimentar, priorizando camponeses e indígenas como provedores de alimentos e a adoção da Agroecologia como uma possibilidade de reintegrar sociedade e natureza (Nyéléni Declaration, 2007).

Nesse sentido, podemos considerar que a soberania alimentar é um modelo de governança dos sistemas alimentares que possui a Agroecologia como um dos seus mais importantes componentes. Ao mesmo tempo, constata-se que não existe soberania alimentar sem a adoção de princípios agroecológicos, pois é por meio deles que alimentos saudáveis serão oferecidos à população do campo e da cidade, superando, dentre outros, a dependência do uso de agrotóxicos e a padronização das culturas alimentares.

Muito além de proposições pragmáticas com cunho exclusivamente operacional, a Agroecologia e a soberania alimentar possuem notável conotação política, pois, para que sejam postas em prática exige-se a superação do modelo do agronegócio, responsável pelo controle de um conjunto de sistemas que envolve, dentre outros, a produção, as finanças e o mercado (Fernandes, 2017). Sendo assim, as lutas pela incorporação da Agroecologia e da soberania alimentar visam alterar de modo imediato as relações de poder que constituem os sistemas alimentares, tendo como perspectiva o rompimento estrutural com o modo capitalista de produção e sua constante dinâmica de mercantilização dos bens essenciais à vida.

Por isso, ações geradas dentro do capitalismo e baseadas em tecnologias como a *climate-smart agriculture* (agricultura-clima inteligente), a *ecological intensification* (intensificação ecológica) ou a *industrial monoculture production of organic food* (produção monocultora industrial de alimentos orgânicos), mesmo que tragam em seu discurso as palavras “Agroecologia” e “soberania alimentar” são tidas como tentativas de cooptação das pautas populares defendidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais (International Forum For Agroecology, 2015). O motivo é que a aplicação de tais tecnologias é embasada pela racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), intensificando princípios como a competitividade entre os produtores, a exploração do trabalho e a dissociação entre sociedade e natureza.

A Agroecologia e a soberania alimentar pressupõem a criação de autonomia social e integridade ecológica (Gliessman; Friedmann; Howard, 2019), por isso, a sua incorporação por coletivos que visam a modificação estrutural dos sistemas agroalimentares exige que se considere a diversidade dos povos e dos seus territórios. Experiências concretas e a própria literatura acadêmica têm chamado atenção para a necessidade de que essas duas premissas sejam trabalhadas em consonância com as lutas pela superação do patriarcado (Park; White; Julia, 2015), pela criação de oportunidades para a juventude rural (International Forum For Agroecology, 2015) e pela igualdade racial (Holt-Giménez, 2015). Ao mesmo tempo, também é dada ênfase à articulação entre o campo, as florestas e as cidades, além da relação desses espaços com corpos d’ água (Desmarais; Wittman, 2014; Dixon; Mcmichael, 2015; Román-Alcalá, 2015). A importância de se considerar essa diversidade reside no fato de que cada comunidade possui perspectivas epistemológicas e ontológicas próprias na relação com o alimento.

Como ressaltado por Rosset (2015), ao abordar o exemplo dos membros da *La Via Campesina* na América Latina, as lutas pela Agroecologia e a soberania alimentar são travadas por coletivos de indígenas, camponeses e proletários. Os primeiros possuem uma relação com a comida que é embasada no cosmos, obedecendo calendários agrícolas com tradição milenar. Eles possuem como referência a comunidade e seus costumes tradicionais. Os segundos dão protagonismo à unidade de produção familiar

na construção de sistemas agroalimentares que reproduzem valores básicos da justiça social. O vínculo com a terra é essencial para a reprodução do seu modo de vida e trabalho, por isso, estão entre os principais protagonistas das lutas pela reforma agrária. Os terceiros se organizam de modo coletivo com o objetivo de modificar estruturalmente as regras que orientam as políticas alimentares, sempre tendo como baliza a luta de classes. Uma de suas principais estratégias é a criação de espaços educacionais, a exemplo dos centros de formação agroecológica. A necessidade de dialogar com esses diferentes contextos, compreendendo as necessidades de cada povo, reforça a leitura de que a Agroecologia e a soberania alimentar não podem ser abordadas de modo meramente pragmático, mas como elementos da construção social, política e cultural de um novo modo de produção e reprodução da vida em sociedade, superando a racionalidade neoliberal.

Independentemente dos sujeitos ou territórios que buscam protagonizar a Agroecologia e a soberania alimentar, a disputa pela orientação dos mercados faz-se de grande relevância para que elas sejam construídas. Percebendo essa necessidade, autores como McMichael (2015) e De Schutter (2015) têm destacado a emergência de uma “segunda geração” da soberania alimentar que teria como parte dos seus elementos a construção de mercados alternativos como feiras de produtores orgânicos ou agroecológicos, grupos de consumidores e compras institucionais. Tais ações pontuam que camponeses e indígenas têm criado ou participado de mercados que não são dominados de modo estrutural pelo agronegócio. Nesses casos, a comercialização dos produtos se dá com base em valores morais, não tendo o lucro maximizado como objetivo estrutural (Holt Giménez; Shattuck, 2011).

Assim, a discussão sobre a Agroecologia e a soberania alimentar perpassa a totalidade de etapas e escalas dos sistemas agroalimentares. Ambas emergem como construções externas ao agronegócio, por isso, podem ser tomadas como exemplos de que apesar de hegemônico, no campo, o capitalismo não se impõe como totalidade. É com base nessas referências que o projeto de extensão abordado nesse trabalho visa unir a crítica sobre a influência dos agrotóxicos nos hábitos alimentares contemporâneos com a criação de mercados alternativos.

APONTAMENTOS SOBRE O “FÓRUM DE COMBATE AO USO DE AGROTÓXICOS: SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA NA REGIÃO DE ALFENAS”

Como forma de denunciar e contribuir com a construção de alternativas ao paradigma modernizante de organização dos sistemas agroalimentares, o projeto de extensão “Fórum de combate ao uso de agrotóxicos: soberania alimentar e agroecologia na região de Alfenas” tem sido desenvolvido desde 2016. Trata-se, na verdade, de uma proposta que surgiu por meio da UNIFAL-MG em parceria com a comunidade e movimentos camponeses da região para construir um processo de sensibilização da sociedade em relação às ameaças e os riscos que o uso de agrotóxicos representa para a saúde e para o meio ambiente em Alfenas e municípios vizinhos. A importância disso reside no fato de que o Sul de Minas Gerais, onde desenvolve-se o projeto de extensão, tem se consolidado como uma das principais regiões produtoras de café arábica no mundo (Fundação João Pinheiro, 2018). Apesar de a maior parte dessa produção ser oriunda do campesinato, a atuação de grandes atravessadoras como a *China Oil and Food Corporation* (COFCO) e a *Olam Coffee* tem servido como um incentivo para o uso de agrotóxicos como forma de aumentar a produtividade.

Assim, enquanto ação articuladora, o projeto de extensão se propôs não apenas à denúncia dos agrotóxicos, mas também à promoção da agroecologia e da produção de alimentos orgânicos, saudáveis, como alternativa à hegemonia do agronegócio no Sul de Minas Gerais, contribuindo assim com a soberania alimentar. Dessa forma, e considerando a tradição e especialização da UNIFAL-MG na área da saúde, uma das ações do fórum foi associar-se com outras instituições e movimentos sociais da região, tais como o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), *campus* Machado, representado pelo Núcleo de Estudos de Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG); sindicatos; coletivos; cooperativas e associações de produtores. Assim, todos envolvidos e articulados – a partir

da troca de saberes e construção coletiva de conhecimentos – realizamos ações de combate ao uso de agrotóxicos e anunciamos a agroecologia como forma de contribuir com a soberania alimentar na região.

As ações foram planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas por uma equipe organizadora, composta por professores, estudantes, militantes sociais e organizações que tinham por objetivo criar espaços de diálogos e discussões sobre os riscos do uso de agrotóxicos, pautando na sociedade de Alfenas e região, seja por meio de eventos, seminários, cine-debates, rodas de conversa, agitação e propaganda, comunicações em rádios e redes sociais, a necessidade de se pensar e construir alternativas de produção sustentáveis e promover a soberania e segurança alimentar da população a partir de estratégias de comercialização de alimentos livres de agrotóxicos.

No que diz respeito às ações de combate ao uso de agrotóxicos elas se desenvolveram em três níveis de atuação.

Num primeiro movimento, o fórum dedicou-se a pautar e problematizar no interior das instituições de ensino parceiras a necessidade de se pensar e agir em defesa da Reforma Agrária no Sul de Minas Gerais. Para tanto, buscou articular com outras instituições da região como a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o IFSULDEMINAS, *campi* de Machado e Inconfidentes, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA's), evento com a finalidade de estabelecer o debate com a sociedade e as instituições de ensino superior sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de produção de alimentos e a relevância da Reforma Agrária como estratégia de superação do agronegócio no Brasil. Foi a oportunidade de denunciar o atual modelo hegemônico, mas ao mesmo tempo criar um canal de comunicação entre produtores e consumidores via atividades de formação e sensibilização da comunidade, bem como desenvolver, por meio das feiras agroecológicas do MST, uma apresentação dos alimentos produzidos em assentamentos da Reforma Agrária e dos modos de vida presentes na agricultura campesina da região.

Um segundo movimento realizado nesse período foi a campanha de combate ao uso de agrotóxicos nas escolas do município de Alfenas.

Por meio de contatos e parcerias com as escolas públicas de ensino secundário, contando com o apoio de professores das áreas de Sociologia, Geografia e Biologia, foi possível estabelecer espaços de diálogo nas aulas com os estudantes a partir de cartilhas, material didático e da exibição e discussão dos vídeo-documentários “O veneno está na mesa” I e II, o que permitiu a sensibilização dos jovens estudantes quanto aos riscos do uso de agrotóxicos, bem como o esclarecimento acerca dos processos históricos e sociais que formaram a sociedade brasileira, sua cultura e seus hábitos alimentares. A ação foi orientada pelos professores, coordenadores do projeto, mas inteiramente executada pelos estudantes bolsistas que se prepararam, realizaram e avaliaram a prática pedagógica da campanha contra os agrotóxicos nas escolas com atividades teóricas e práticas que consistiam não apenas na sensibilização dos secundaristas, mas também na apresentação dos modelos alternativos de agricultura agroecológica existentes à vigência do “pacote tecnológico” do agronegócio.

Além desses dois movimentos, um terceiro se fez necessário, tendo em vista a importância de trazer os agricultores e agricultoras da região para o fórum, visando à formação e sensibilização deles e delas acerca dos riscos do uso de agrotóxicos para a saúde e meio ambiente. Nesse sentido, a Universidade se constituiu num espaço formativo para os agricultores, na medida em que o Fórum, em parceria com a EMATER-MG e com o NEAPO, organizou cursos, palestras e eventos para atrair os agricultores e agricultoras da região¹. Todavia, tal ação, embora efetivada para os estudantes e membros da comunidade que participaram, não foi bem sucedida, visto que não houve frequência dos agricultores(as) convidados(as) como era o esperado. Isso levou, portanto, a uma mudança de estratégia nas ações do Fórum com os agricultores, principalmente nos anos de 2018 e 2019. Ou seja, em vez de trazer os agricultores para a Universidade, buscamos ir até as comunidades rurais e estabelecer uma comunicação dialógica

¹ Com essas atividades, o fórum se mobilizou para convidar diretamente os produtores que atuam nas feiras de quarta e domingo que acontece na cidade de Alfenas. A partir daí realizamos em agosto e setembro duas oficinas: uma sobre “transição agroecológica”, e outra sobre o processo de certificação, o “Certifica-Minas Café”, ambas ministradas por técnicos agrícolas em extensão rural da EMATER-MG. Nas duas oportunidades, tivemos uma participação significativa de estudantes da UNIFAL-MG, envolvidos com o fórum, mas também uma participação razoável de estudantes das Ciências Agrárias de Universidades e Institutos da região. Foi uma grande oportunidade para apresentarmos às pessoas que é possível produzir alimentos sem agrotóxicos.

efetiva a partir de sua realidade e cultura. Propusemos a partir daí, além de algumas oficinas de sensibilização e de campanha contra os agrotóxicos², o compromisso da transição agroecológica, associada ao desenvolvimento de estratégias de comercialização com os grupos de consumo coletivo e uma feira de produtos agroecológicos, livre de agrotóxicos.

Apesar do compromisso assumido com um grupo de 10 agricultores, ao final, a transição agroecológica não se concretizou. O motivo é que os agricultores alegaram incertezas e insegurança quanto ao período necessário para realizar a transição e o prazo para o retorno financeiro. Mesmo diante da negativa desse grupo de agricultores convencionais, localizados nas proximidades do município de Alfenas, o Fórum levou adiante a ideia de anunciar na cidade a agroecologia como alternativa ao modelo produtivo que faz uso de agrotóxicos.

FEIRA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DA UNIFAL-MG

Partindo, portanto, da constatação de que no município de Alfenas não havia produção agroecológica, livre de agrotóxicos, o Fórum decidiu desenvolver outras estratégias de incentivo e fomento aos produtores da região, criando uma Feira Agroecológica. Num primeiro momento a ideia foi desenvolver a Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas (FACA) com o objetivo de se criar um espaço de comercialização de produtos agroecológicos na feira tradicional que ocorre aos domingos no município de Alfenas e articular naquele espaço tanto as ações de combate ao uso de agrotóxicos, dialogando diretamente com produtores e consumidores que

² Para as oficinas com os agricultores da Comunidade Rural dos Bárbaras, localizada nas imediações próximas à cidade de Alfenas, foram realizadas duas reuniões de apresentação da proposta de Transição Agroecológica e um cronograma de oficinas e rodas de conversas. As atividades ocorriam sempre no final da tarde a pedido os próprios agricultores e contou com um grupo de 16 pessoas que realizaram três oficinas e participaram de uma roda de conversa com um dos técnicos da Emater em Agroecologia. Além das oficinas de sensibilização sobre os riscos do uso de agrotóxicos que contaram com a exibição dos vídeos-documentários “O Veneno está na mesa” I e II, associado às dinâmicas de metodologias participativas a partir de imagens e sons, o Fórum organizou durante o V Encontro de Agroecologia de Machado, em parceria com o NEAPO do IFSULDEMINAS, *campus* Machado, diversas oficinas e minicursos sobre manejo agroecológico; biofertilizantes; compostagem, adubação verde, controle biológico, dentre outras. Dessas oficinas apenas 3 agricultores participaram, porém, optaram ao final das ações e o início do compromisso por não realizarem a transição agroecológica, alegando incertezas e inseguranças quanto ao retorno financeiro.

frequentavam a feira, quanto demonstrar, na prática, com a exposição dos alimentos agroecológicos e orgânicos, certificados, de que a Agroecologia é a alternativa ao agronegócio.

Para tanto, estabelecemos um diálogo com a prefeitura do município, trazendo os agricultores e agricultoras agroecológicos, assentados da cidade vizinha de Campo do Meio-MG, para comercializarem seus produtos no espaço da feira tradicional aos domingos. Tal proposta teve dificuldades de se realizar em razão da resistência de outros feirantes, manifestando seus preconceitos em relação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Assim, buscando fomentar a produção agroecológica dos assentamentos e contornar as dificuldades iniciais apresentadas, decidimos com a prefeitura e os membros parceiros do fórum, dentre eles o MST, alterar o dia e o local da FACA. Ela passou a ocorrer aos sábados pela manhã num espaço determinado na praça central (Getúlio Vargas) da cidade, onde há maior concentração e movimento de pessoas, o que representava uma oportunidade de desenvolvimento tanto da campanha contra os agrotóxicos, com agitação, propaganda e diálogo com a comunidade, como também do anúncio da Agroecologia como algo concreto e visível presente nas barracas instaladas na praça.

A partir daí outras dificuldades surgiram, dentre as quais vale destacar a ausência de atividades culturais, pois elas exigem estrutura de som, apoio da prefeitura, logística, e pessoas interessadas em participar, seja como voluntárias do projeto, seja como artistas dispostos a colaborar aos sábados pela manhã. Evidentemente, enquanto projeto de extensão, embora apoiado pela UNIFAL-MG, o Fórum não poderia garantir tal estrutura. Entretanto, sem perder a perspectiva de fomentar a agroecologia na região e tendo conquistado o espaço da FACA na praça central da cidade para os agricultores assentados em Campo do Meio, decidimos provocar a Reitoria da Universidade no sentido de viabilizar uma feira agroecológica dentro do espaço universitário, visto que ali poderíamos contar com a infraestrutura do espaço, som e grupos culturais, bem como outros projetos de extensão que poderiam se juntar de forma articulada às ações culturais, para tornar a feira, de fato, um dia de festa.

Para tanto, seria necessário à viabilização da feira a elaboração de um edital de chamada pública³, a fim de garantir a legalidade quanto ao uso do espaço público federal e da comercialização de produtos agroecológicos no interior da unidade acadêmica. O edital foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e com o aval da Procuradoria Jurídica da Instituição, prevendo a seleção dos agricultores e agricultoras agroecológicos a partir de determinados critérios, tais como: produzir de acordo com os princípios da Agroecologia e comercializar somente produtos oriundos de sua propriedade rural; agricultores e agricultoras, organizados ou não em associações de produtores, cooperativas, sindicatos e redes de produção agroecológica; agricultores e agricultoras que estejam em transição agroecológica e produzindo segundo os princípios da agroecologia há pelo menos 1 (um) ano, sem fazer uso de agrotóxicos.

Dessa forma, além de garantir a participação de agricultores e agricultoras associados ou não, o edital valorizou no processo de seleção e classificação os produtores agroecológicos com certificação de produção orgânica, em redes, grupos agroecológicos ou associações de produtores e que tenham a participação e envolvimento direto de jovens e mulheres na produção. Isso representou ao final, após termos 13 inscritos para o processo, a seleção de 10 feirantes para atuar na Feira Agroecológica e Cultural da Unifal-MG (FACU).

O início da FACU representou o compromisso social da Universidade com as políticas da Reforma Agrária, a valorização da agricultura familiar e camponesa, bem como o incentivo e fomento à produção agroecológica da região. O que significa, em outras palavras, que ao apoiar e desenvolver ações de fortalecimento da agroecologia, a UNIFAL-MG é uma promotora do desenvolvimento rural sustentável na região, enfatizando a recusa de um modelo agrícola que faz uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos. Ao mesmo tempo em que ela busca fomentar as cadeias agroecológicas da região, promove a saúde da comunidade universitária, bem como do município, tendo em vista que a feira é aberta a toda população de Alfenas

³ O edital foi lançado e divulgado em maio de 2019, ficando aberto por 30 dias para inscrições. A seleção foi feita em junho e como julho foi mês de recesso na Universidade, a FACU foi lançada oficialmente junto com a participação da Reitoria, no dia 22 de agosto.

e região. Nesse sentido, trata-se de estabelecer um canal aberto entre Universidade e Sociedade, a partir do qual a extensão chama a comunidade a participar e ocupar o espaço universitário, numa interação dialógica e prática, envolvendo a sensibilização das pessoas, mas também a construção e a troca de saberes acadêmicos e populares no interior da Universidade.

Assim, a FACU se constitui num espaço de sociabilidades, construindo redes de consumo e resistências ao modelo hegemônico do agronegócio e às práticas alimentares instituídas pela indústria alimentícia. Ou seja, fazer a feira na UNIFAL-MG significa produzir outro sistema de valores e significados para a sociabilidade no qual o encontro entre produtores e consumidores pode representar a reaproximação de sujeitos e dimensões da vida, cindidas pela lógica socio-reprodutiva do capital. De acordo com Cuervo, Hamann e Pizzinato (2019, p. 24):

As feiras são nós de potencial sociabilidade, pontos de encontro através dos quais é possível gerar um sentido de permanência, de identidades e dissidências, caracterizando-se no campo das comunidades – tanto pelo compartilhamento de informações, saberes, valores e identificações, como da própria materialidade dos fazeres.

Nesse sentido, a FACU pode se constituir num espaço de produção social e cultural, na medida em que ela se propõe a ser um lugar de troca, mas também de produção do conhecimento, um lugar de manifestação, mas também de produção cultural. Enfim, um espaço-tempo em que produtores e consumidores se encontram a fim de selar um compromisso político em torno de uma alimentação mais saudável, do reconhecimento entre o campo e a cidade a partir de relações de confiança cujo potencial é instaurar uma comunidade de práticas e saberes agroecológicos.

Portanto, além da possibilidade dos agricultores e agricultoras comercializarem seus produtos agroecológicos, foi possível ao Fórum realizar intervenções culturais por meio das parcerias com outros projetos de extensão e artistas locais a fim de apresentar, cantando, representando e poetizando algumas dimensões da cultura camponesa, suas práticas sociais

e seus dos modos de vida e formas de existência no espaço rural. Nesse sentido, a comunidade universitária e a população de Alfenas podem se beneficiar não somente de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, mas também de boa música e ações culturais que tem tornado as manhãs mais alegres e divertidas, principalmente no horário do almoço, quando tais ações normalmente acontecem.

Outro desdobramento positivo da realização da FACU alguns meses depois de sua implantação da UNIFAL-MG foi a parceria entre os feirantes e o Restaurante Universitário (RU). Administrado por uma empresa terceirizada⁴, o RU assumiu o compromisso de adquirir a cada 15 dias produtos agroecológicos da feira e dos produtores envolvidos, criando, em parceria com o Fórum, as “Sextas Agroecológicas”. Essa iniciativa, apoiada pelo restaurante universitário, busca fornecer aos estudantes e comunidade universitária, pelo menos duas vezes por mês, alimentos agroecológicos, livres de agrotóxicos, oriundos dos agricultores e agricultoras participantes da FACU. A importância dessa medida pode ser percebida pelo fato de que diversos estudos têm pontuado que os mercados institucionais, a exemplo dos RUs, constituem-se como importantes canais para a comercialização de produtos camponeses (por exemplo: De Schutter, 2014; Friedmann, 2007; Wittman; Blesh, 2017). Além do mais, isso representou a concretização de práticas alimentares enquanto processualidades que envolvem produção, comércio, preparo e consumo de alimentos enquanto esferas sociais, ou seja, a feira engendrou um espaço de produção social, associando produção de alimentos saudáveis, saúde, confiança e compromisso político das pessoas e da comunidade universitária em defesa da agroecologia (Cuervo; Hamann; Pizzinato, 2019).

Contudo, em que pese o sucesso da FACU em seu primeiro ano de experiência, alguns desafios precisam ser enfrentados no que se refere a sua periodicidade, estrutura, organização e estratégias de comercialização da produção agroecológica. Considerando que o primeiro ano foi um ensaio inicial de verificação acerca da viabilidade da feira, ela foi pensada para ocorrer quinzenalmente com o objetivo de conquistar o público universitário.

⁴ O RU da UNIFAL-MG é administrado pela Trigoleve Indústria e Comércio Ltda, empresa sediada em Viçosa-MG.

Todavia, segundo os relatos dos próprios feirantes e consumidores, isso dificulta o envolvimento e o estabelecimento de vínculos, visto que há um tempo grande entre uma feira e outra. Há que se estabelecer a FACU com maior frequência. Isso, por sua vez, nos coloca outros desafios, como por exemplo, a necessidade de se buscar mais parceiros para o desenvolvimento de atividades culturais que possam ocorrer semanalmente. Ademais, há momentos em que os resultados das vendas não são satisfatórios para os feirantes, o que pode representar prejuízos, uma vez que deslocam grandes distâncias para estarem em Alfenas. A maioria dos produtores é da região, oriundos das cidades de Campo do Meio, Poço Fundo, Três Pontas, Areado e Fama.

Portanto, para garantir a viabilidade do deslocamento e os custos com a logística é preciso desenvolver outras estratégias de comercialização além da feira. Nesse sentido, o desafio que se coloca é da constituição de uma associação de consumidores ou de um grupo de consumo coletivo, via Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) na perspectiva de fomentar e fortalecer a agroecologia em Alfenas e região Sul de Minas Gerais. Enfim, esses são alguns dos desafios que se colocam para a consolidação e ampliação da FACU na UNIFAL-MG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos e discutimos ações que visam à diminuição do consumo de agrotóxicos e a promoção da soberania alimentar e da Agroecologia no Sul de Minas Gerais. O projeto de extensão “Fórum de combate ao uso de agrotóxicos: soberania alimentar e agroecologia na região de Alfenas” têm ajudado a impulsionar a ideia de que o alimento não deve ser considerado como mercadoria, mas sim enquanto um direito de todas as pessoas, um bem social. Deste modo, apesar dos entraves enfrentados durante a realização desse projeto de extensão, a FACU demonstrou ser uma alternativa possível para a estruturação de melhores condições de comercialização dos produtos de origem camponesa e agroecológica, aumentando a oferta de alimentos

saudáveis para os membros da comunidade universitária e toda população da cidade.

Ao ocuparem o interior da universidade por meio da feira, os camponeses produzem novas e distintas territorialidades, passando a disputar as formas de acesso e uso dos espaços da instituição de acordo com suas intencionalidades, o que representou um território multidimensional, construído por consumidores e agricultores camponeses. Assim, a FACU se configurou num novo território de cultura e sociabilidade, com dimensões de ressignificação e apropriação do espaço, seja por meio da música, da poesia ou dos conhecimentos tradicionais que foram mobilizados e compartilhados na feira. Ou seja, através da cultura e agroecologia, nossas ações de extensão contribuíram para a construção da soberania alimentar em nível local, favorecendo uma alimentação mais saudável para os consumidores, além de propiciar uma fonte de renda para os produtores e camponeses da região. Mesmo em tempos difíceis, com alguns desafios pelo caminho, a FACU representou e continua a representar boas perspectivas de avanço e fortalecimento da agroecologia como alternativa contra-hegemônica ao agronegócio na região.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**. Brasília, DF, 2013.

BAVIERA, M.; BELLO, W. Food wars. **Monthly Review**, New York, v. 61, n. 3, p. 1-19, 2009.

BIONDI, P. “Não se faz agroecologia em vaso de apartamento”, diz Kelli Mafort, do MST: liderança sem-terra defende reforma agrária em bases sustentáveis e garante: Bolsonaro não acabará com acampamentos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 jun. 2019. Luta pela Terra. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/24/nao-se-faz-agroecologia-em-vaso-de-apartamento-diz-kelli-mafort-do-mst/>. Acesso em: 2 set. 2019.

CARNEIRO, F. F. *et al.* **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2015. v. 161.

- CARNEIRO, F. F. Prefácio. *In*: SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. R. (org.). **Agrotóxicos**: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil. Anápolis: Ed. UEG, 2016. p. 7-12.
- CUERVO, M. R. M.; HAMANN, C.; PIZZINATO, A. Feira agroecológica enquanto comunidade de prática: redes de sociabilidade, consumo e resistência. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019. DOI: 10.5216/sec.v22i1.43743. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/43743>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE SCHUTTER, O. **Food democracy South and North**: from food sovereignty to transition initiatives. London: openDemocracy, 15 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/food-democracy-south-and-north-from-food-sovereignty-to-transition-initiatives/>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- DE SCHUTTER, O. The power of procurement: public purchasing in the service of realizing the right to food. **Briefing Note**: the UN special rapporteur on the right to food, Geneva, n. 8, 15 Apr. 2014.
- DESMARAIS, A. A.; WITTMAN, H. Farmers, foodies and First Nations: getting to food sovereignty in Canada. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 41, n. 6, p. 1153-1173, 2014.
- DIXON, J.; McMICHAEL, P. Revisiting the ‘urban bias’ and its relationship to food security. *In*: BUTLER, C.; DIXON, J.; CAPON, A. (org.). **Health of people, places and planet**: reflections based on Tony McMichael’s four decades of contribution to epidemiological understanding. Canberra: ANU, 2015. p. 313-331.
- EDELMAN, M. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 41, n. 6, p. 959-978, 2014.
- EDELMAN, M.; WOLFORD, W. Introduction: critical agrarian studies in theory and practice: Symposium Agrarianism in Theory and Practice. **Antipode**, Paris, v. 49, n. 4, p. 959-976, 1 Sept. 2017.
- FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Presidente Prudente: UNESP, FCT, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 3, mar. 2008b. 22 p. Artigo do Mês. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

FERNANDES, B. M. **O agronegócio não é o centro do universo**. Botucatu: UNESP, Instituto de Biociências, Rede-SANS, 9 fev. 2017. Disponível em: <http://redesans.com.br/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo-por-bernardo-mancano/>. Acesso em: 12 out. 2019.

FRIEDMANN, H. Scaling up: bringing public institutions and food service corporations into the project for a local, sustainable food system in Ontario. **Agriculture and Human Values**, London, n. 24, p. 389-398, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A produção de café de Minas Gerais**: desafios para a industrialização. Belo Horizonte, 2018.

GLIESSMAN, S.; FRIEDMANN, H.; HOWARD, P. Agroecology and food sovereignty. **IDS Bulletin**, London, v. 50, n. 2, p. 91-110, 2019.

GUAZZELLI, M.; RIBEIRO, S. Novas tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania. In: BEZERRA, I.; PÉREZ-CASSARINO, J. (org.). **Soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 153-178.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Racism and capitalism: dual challenges for the food movement. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, London, v. 5, n. 2, p. 2014–2016, 2015.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; ALTIERI, M. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, London, v. 37, n. 1, p. 90-102, 2013.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

INTERNATIONAL FORUM FOR AGROECOLOGY. Declaration of the International Forum for Agroecology: Nyéléni, Mali, 27 February 2015. **Development**, London v. 58, n. 2-3, p. 163-168, 2015.

MARSHALL, D.; PERKINS, J. H. **Geopolitics and the green revolution**: wheat, genes, and the Cold War. New York: Oxford University Press, 1997. v. 49.

McMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 42, n. 1, p. 193-204, 2015.

NYÉLÉNI DECLARATION. **Declaration of Nyéléni**. Nyéléni Village, Sélingué, 2007. Forum for Food Sovereignty: conference report organization.

PARK, C. M. Y.; WHITE, B.; JULIA, J. We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse. **Third World Quarterly**, London, v. 36, n. 3, p. 584-599, 2015.

- PAULA, N. M.; SANTOS, V. F.; PEREIRA, W. S. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 1-24, 2015.
- PIGNATI, W. Agronegócio, agrotóxicos e saúde. *In*: SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. R. (org.). **Agrotóxicos: violações socioambientais e Direitos Humanos no Brasil**. Anápolis: Editora Universidade Estadual de Goiás, 2016. p. 17-46.
- ROMÁN-ALCALÁ, A. Concerning the unbearable whiteness of urban farming. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, Baltimore, v. 5, n. 4, p.179-181, 2015.
- ROSSET, P. M. Epistemes rurales y la formación agroecológica en La Vía Campesina. **Revista Ciência & Tecnologia Social**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 8-16, 2015.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Agroecology: foundations in agrarian social thought and sociological theory. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, London, v. 37, n. 1, p. 32-44, 2013.
- WEZEL, A. *et al.* Review article Agroecology as a science, a movement and a practice. a review. **Agronomy Sustainable. Development**, London, v. 29, p. 503-515, 2009.
- WITTMAN, H. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society: advances in research**, London, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011.
- WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable rural development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, London v. 17, n. 1, p. 81-105, 2017.

